

**ASSESPRO
AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 07 A 11 DE AGOSTO DE 2017

Atualizada em 07/08/2017 18:36

CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira (9/08)

COMISSÃO MISTA DA MPV 777/17 (Taxa de longo prazo - TLP, Taxa do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante) / Plenário 3, às 14h30.

Pauta: Apreciação do parecer do relator, deputado Betinho Gomes, pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 777/2017; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 11, 12, 13, 14 e 16 e pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas a ela apresentadas; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das emendas nºs 1, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 17 e 36, e pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 777/2017 e das demais emendas; e IV - no mérito, pela rejeição de todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 777/2017; e pela aprovação da Medida Provisória nº 777/2017, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo.

COMISSÃO MISTA DA MPV 780/17 (Programa de Regularização de Débitos Não Tributários junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e à Procuradoria-Geral Federal) / Plenário 6, às 14h30.

Pauta: Apreciação do parecer do relator, senador Wilder Moraes, a proferir.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 8, 9 e 10/08.

MPV 774/17, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta”. Item nº 3 da sessão de 08/08.

Prazo de vigência: 10/08/2017.

Relator: senador Airton Sandoval.

Relator-revisor: deputado Renato Molling.

Parecer: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 2, 7, 15, 19, 28, 34, 40, 45, 46, 50, 58, 61 e 66; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1, 3, 4, 8, 11, 13, 18, 20 a 23, 27, 39, 51, 53, 59, 60, 74, 76, 79, 80 e 84, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2017, adotado; e pela rejeição das Emendas de nºs 5, 6, 12, 14, 16, 17, 24 a 26, 29 a 33, 35 a 38, 41 a 44, 47 a 49, 52, 54 a 57, 62 a 65, 67 a 73, 75, 77, 78, 81 a 83, 85 a 90.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”. Item nº 7.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”. Item nº 34.

CTASP: parecer do deputado Milton Monti, pela aprovação.

CCJC: parecer da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 1961/2015, apensado, com substitutivo.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Item passível de inclusão na pauta.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”. Item passível de inclusão.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

REQ 6356/17, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”. Item passível de inclusão.

Terça-feira (08/08)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 14h30.

PL 2813/00 (PLS 680/99), da CPI do Sistema Financeiro 1986, que "Estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, alterando o art. 18 do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada". Item nº 8.

Relator: deputado Arthur Lira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais). Item nº 21.

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

PL 3329/15, do senador Rodrigo Rollemberg, que "Institui a Política Nacional de Tecnologia Social". Item nº 32.

Relator: deputado Thiago Peixoto.

Parecer: pela constitucionalidade, com emenda, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade da Emenda da CCTCI.

PL 5281/16, do deputado Carlos Bezerra, que "Altera a redação do art. 1.021 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002" (visa a permitir que os sócios examinem, a qualquer tempo, livros e documentos da empresa). Item nº 61.

Relator: deputado Fábio Sousa.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC / Local a definir, às 14h30.

Audiência Pública – Tema: “Debater sobre os serviços de telefonia móvel e de internet oferecidos no interior dos estados e nos pequenos municípios”.

Convidados:

- Aníbal Diniz, Conselheiro da Anatel;
- Arthur Luís Mendonça Rollo, Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - Senacon/MJ;
- Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do Sinditelebrasil;
- Flávia Lefèvre Guimarães, representante no Comitê Gestor da Internet no Brasil; e
- Laécio Alan Franca Nascimento, membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB.

Quarta-feira (09/08)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS / Plenário 5, às 9h30.

PL 5260/16, do deputado Carlos Bezerra, que "Altera o § 3º do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a contratação de aprendiz com deficiência seja considerada na verificação do cumprimento da reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência". Item nº 8.

Apensado: PL 6707/16.

Relator: deputado Jorge Côrte Real.

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 6707/2016, apensado, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC / Plenário 8, às 9h30.

PL 5319/16, da deputada Maria Helena, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, tornando o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial". Item nº 18.

Relator: deputado Severino Ninho.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Concedida vista conjunta aos deputados Jose Stédile, Ricardo Izar e Rodrigo Martins, em 12/07/2017.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 13, às 10h.

PL 6960/17, do deputado Cleber Verde, que "Alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação". Item nº 3.

Apensado: PL 7498/17.

Relator: deputado Beto Mansur.

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 7498/2017, apensado, com substitutivo.

PL 945/11, do deputado Rodrigo Garcia, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", para dispor sobre a informatização do processo administrativo". Item nº 5.

Relator: deputado Erivelton Santana.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 6413/16, do deputado Vicentinho Júnior, que "Cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tecnologias de Informação e Comunicação - Funtics, e incentiva a inclusão digital e o desenvolvimento local de produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação". Item nº 8.

Relator: deputado André Figueiredo.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS). Item nº 7.

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

PL 2298/15, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte". Item nº 26.

Relator: deputado Helder Salomão.

Parecer: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência). Item nº 31.

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, do PL 6180/2005, e do PL 2399/2007, apensados.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 10h.

PL 348/13, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (Dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal em processos trabalhistas). Item nº 5.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

O deputado Assis Melo apresentou voto em separado em 25/06/2014. Concedida vista ao deputado Assis Melo, em 12/11/2014.

PL 1566/15, do deputado Irajá Abreu, que "Dispõe sobre o cadastro nacional do registro comercial, e dá outras providências" (entre outros, estabelece instituição de um sistema nacional unificado de consulta de dados comerciais SINURC). Item nº 11.

Relator: deputado Benjamin Maranhão.

Parecer: pela aprovação.

PL 5351/16, do deputado Marinaldo Rosendo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte". Item nº 17.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: a proferir.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO / Plenário 6, às 14h.

PL 5074/16 (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet". Item nº 3.

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Quinta-feira (10/08)

COMISSÃO DE CULTURA – CCULT / Plenário 12, às 9h.

Seminário – Tema: Economia Criativa e Colaborativa: potencialidades e desafios para o estado e para a sociedade.

Convidados:

- Mansur Bassit, Secretário da Economia da Cultura do Ministério da Cultura (MinC);
- Fabiano Piúba, representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura;
- Representante da Coordenação Nacional de Economia Criativa do Sebrae;
- Frederico Barbosa Augusto da Silva, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;
- Luana Vilutis, representante do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-CULT/UFBA; e
- Dario Joffily, representante da Escola Perestroika.

SENADO FEDERAL

Quarta-feira (9/08)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT / Plenário 7, às 8h30.

PLC 28/11, do deputado Vieira Reis, que "Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências". Item nº 1.

Relator: senador Flexa Ribeiro

Parecer: pela rejeição do Projeto.

PLS 431/14, do senador Anibal Diniz, que "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público". Item nº 3.

Relator: senador Otto Alencar.

Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

REQ 19/17, do senador Pedro Chaves, que "Requer-se nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros". Item nº 8.

Convidados:

- Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor (Ministério da Justiça e Segurança Pública);
- João Sabino, Presidente do Comitê Regulatório da Associação Brasileira de Online-to-Offline (ABO2O);
- Mariana Polidório, Representante de Políticas Públicas no Brasil da Uber;

- André Oliveira, Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil (AAMOTAB);
- André Ramos Tavares, Professor da Faculdade de Direito da USP; e
- Lênio Luís Streck Rocha, jurista e professor.

REQ 20/17, do senador Airton Sandoval Santana, que “Requer a realização de audiência pública para instruir o PLS 169, de 217, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que “acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime”. Item nº 9.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE / Plenário 15, às 10h.

Audiência Pública – Tema: Debater a "Tecnologia a Serviço da Educação".

Convidados:

- Marcos Formiga, Professor do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília;
- Marival Chaves, Representante do Projeto Edux;
- Rita de Cássia Leal Fonseca, Consultora de Orçamento do Senado Federal; e
- Orlando de Sá Cavalcante Neto. Consultor de Orçamento do Senado Federal.